

A Dissertação Argumentativa

A organização discursiva do texto

Nas aulas de redação do Ensino Fundamental, você deve ter aprendido que existem três modalidades chamadas “clássicas” de organização discursiva de um texto. São elas a **narração**, a **descrição** e a **dissertação**. Entre as “não clássicas”, destacam-se a carta argumentativa, o resumo e a resenha, entre outras. As três primeiras serão trabalhadas por nós ao longo de nosso curso, com especial destaque para o modelo dissertativo. Isso porque a referida modalidade é a única que vem sendo cobrada, ao longo dos anos, com relativa constância (ressalve-se aqui o caso das provas da UNIRIO 2006 e UERJ 2007) nas bancas de vestibulares do Estado do Rio de Janeiro. A ela dedicaremos grande parte de nosso curso.

1. O texto dissertativo

1.1. Considerações Iniciais

O modelo dissertativo é, como foi dito, o preferido pelas comissões de vestibulares. Essa preferência não se dá ao acaso; muito pelo contrário, justifica-se pelo fato de a dissertação ser a modalidade textual que associa, com maior evidência, as características de um candidato desejadas pela banca: **inteligência linguística, capacidade de articulação de discursos ou informações “soltas”, reflexividade e senso crítico**. Tudo isso não a partir de referências por demais técnicas ou provenientes de “decorebas”, mas sempre com base em aspectos da **realidade**. Em síntese, podemos afirmar que a dissertação mede a capacidade do aluno de **absorver, interagir com e interpretar** o seu mundo, além de produzir tais ideias sob a forma **escrita**. Diante do que foi mencionando, é válido enfatizar que é quase impossível se obter um bom resultado na prova de Redação se estivermos presos a “fórmulas mágicas” ou “receitas de bolo” relativas à produção textual. Por esse motivo, estimularemos sempre o pensamento crítico e consciente de nossos alunos, a fim de que qualquer redação a partir de qualquer tema e em qualquer circunstância possa ser produzida de modo adequado e proveitoso.

1.2. Características Gerais da Dissertação:

1.2.1. O ato de dissertar: segundo o dicionário Aurélio, *dissertar* significa *tratar com desenvolvimento um ponto doutrinário ou um tema qualquer*; em outras palavras, trata-se do ato de “desembrulhar” um tema esclarecendo os seus pontos principais para o leitor – às vezes, inclusive, emitindo uma opinião. Na escola, aprendemos que existem duas espécies de textos dissertativos: o **expositivo** e o **argumentativo**. No primeiro caso, são feitas considerações imparciais sobre o tema, sem a emissão de qualquer juízo de valor pelo enunciador.

No segundo caso, uma opinião é emitida e, posteriormente, defendida com o uso de argumentos. Nesse sentido, cuidado: as bancas dos exames vestibulares não costumam observar com bons olhos textos meramente expositivos; já dissemos que o senso crítico é um dos “ingredientes” de uma boa redação, e somente com a defesa de uma opinião ou ponto de vista poderemos fazer notar nossa capacidade crítica. Textualmente, isso é confirmado pela banca da UNICAMP:

“Em uma dissertação, deve-se defender uma tese, ou seja: organizar dados, fatos, ideias, enfim, argumentos em torno de um ponto de vista definido sobre o assunto em questão. Uma dissertação deve, na medida do possível, concluir algo. Portanto, não tem cabimento ficar simplesmente elencando argumentos favoráveis ou contrário a determinada ideia.”

(www.comvest.unicamp.br)

Daqui para frente, lembre-se do seguinte: quando falarmos em *dissertação*, pura e simplesmente, estaremos fazendo referência ao tipo **argumentativo**.

1.2.2. Objetivo ou função: como vimos na última aula, o objetivo maior da dissertação é **convencer** o possível leitor de que um determinado ponto de vista é válido. Para que esse objetivo seja atingido, fazemos uso de argumentos – que, bem estruturados, configuram a chamada **argumentação**. A argumentação é constituída de um conjunto de ideias comentadas e fundamentadas que, lógica ou psicologicamente, garantem a adesão de um interlocutor a certo ponto de vista.

1.2.3. Estrutura ortodoxa: existem diversas formas de se organizar um texto. Entretanto, uma parece ser a mais indicada na ocasião do exame vestibular: trata-se da chamada estrutura ortodoxa da dissertação. Sob esse escopo, o texto possui três partes bem definidas, cada uma desempenhando um papel específico. São elas a **introdução**, o **desenvolvimento** e a **conclusão**. Essa parece ser a estruturação mais adequada por diversos motivos, entre os quais se destacam:

a) não é uma tarefa simples organizar as ideias e apresentá-las para a banca de modo coerente. A estrutura ortodoxa constitui um meio extremamente eficaz de promover essa organização.

b) todos os exemplos de redações que obtiveram grau máximo divulgadas pelas comissões examinadoras seguem essa estrutura. Desse modo, o candidato não vai apenas mostrar capacidade de ordenação do raciocínio; vai demonstrar que entrou em contato com bons textos ao longo de sua preparação.

1.2.4. Linguagem impessoal: o texto dissertativo deve ser escrito, via de regra, na **terceira pessoa**. Dito de outro modo, os pronomes “eu”, “meu” ou “minha” **jamais** deverão ser utilizados, bem como formas verbais que contenham em sua estrutura a desinência número-pessoal da primeira pessoa: “acredito”, “acho”, “devo”, “quero”. “- Por que não posso utilizar a primeira pessoa do singular no meu texto? Ora, se é a minha opinião...” Esse questionamento deve estar surgindo em sua mente neste exato momento. De fato, parece paradoxal impedir que se utilizem marcas de personalização em um texto pessoal. Na verdade, a explicação para essa aparente contradição é bastante simples: de um lado, é óbvio que o texto pertence a quem o produz; nesse sentido, seria redundante o enunciador ter, o tempo todo, que “aparecer”. Por outro lado – e aqui está o motivo maior –, bons argumentadores fazem com que **opiniões pessoais pareçam verdades absolutas**; isso, só mesmo a linguagem impessoal (em terceira pessoa) pode realizar.

Observação: existe a possibilidade de ser utilizada a primeira pessoa do plural (“nós”). Contudo, esse subterfúgio só deve ser empregado quando estivermos diante de um contexto mais humanístico, em que a inclusão genérica do enunciador seja bem-vinda. É o que acontece em muitas provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que, por muitas vezes apresentar um caráter nitidamente social, acaba fazendo com que o aluno se sinta à vontade para redigir

estruturas como “Devemos buscar, então, os meios adequados para diminuir tamanho flagelo social”.

1.2.5. Adequação à norma culta e aos índices de formalidade: a dissertação é um texto técnico e, como tal, deve seguir um conjunto mínimo de regras. Nesse contexto, o registro formal e culto deve ser empregado pelo aluno. Assim, todas as modalidades relativas à boa gramática, desde as regras de acentuação, pontuação, concordância e regência, entre outras, até o não uso de gírias ou de vocábulos considerados de baixo calão deverão ser observadas. Para complementar seus conhecimentos nessa parte, não deixe de assistir às aulas de Gramática na disciplina Português I.

1.2.6. Qualidades essenciais: para que sua dissertação consiga obter o grau máximo, mais alguns “detalhes” deverão estar presentes: **clareza** (por isso não se deve redigir um texto muito hermético), **coerência**, **coesão** (esses dois aspectos serão trabalhados em aulas posteriores), **senso crítico**, uma pequena dose de **originalidade** e **profundidade**. Todos esses elementos, somados, farão com que o candidato consiga causar excelente impressão na banca corretora e, por isso, a nota será alta.

Você deve ter percebido, a partir do exposto, que escrever uma dissertação “perfeita” não é uma tarefa fácil. Muito pelo contrário, trata-se de uma atividade bastante complexa e que requer do aluno concentração total aliada a muita prática. Vamos começar nossos esforços? Mãos à obra!

2. DISSERTAÇÕES EXEMPLARES

Redação 1 – ENEM 2012 – Nota 1000

Tema: Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado

O fim do Grande Irmão

Câmeras que gravam qualquer movimento, telas transmitindo notícias a todo minuto, o Estado e a mídia controlando os cidadãos. O mundo idealizado por George Orwell em seu romance 1984, onde aparelhos denominados teletelas controlam os habitantes de Oceania vem se tornando realidade. Com a televisão e, principalmente, a internet, somos influenciados – para não dizer manipulados – todos os dias.

Tal influência ocorre, majoritariamente, através da mídia e da propaganda. Com elas, padrões de vida são disseminados a uma velocidade assombrosa, fazendo a sociedade, muitas vezes privada de consciência crítica, absorvê-los e incorporá-los como ideais próprios. Desse modo, deixamos de ter opinião particular para seguir os modelos ditados pelo computador, acreditando no que foi publicado, sem o devido questionamento da veracidade dos fatos apresentados.

Com isso, as novas redes sociais, surgidas nesse início do século XXI, se tornam os principais vetores da alienação cultural e social da população, uma vez que todos possuem um perfil virtual com acesso imensurável a todo o tipo de informações. Por isso, diversas empresas e personalidades se valem da criação de perfis próprios, atraindo diversos seguidores, aos quais

impõe sua maneira de agir e pensar. Esses usuários, então, se tornam mais vulneráveis e suscetíveis à manipulação virtual.

Outro ponto negativo dessas redes, como o Facebook e o Twitter, é o fato de todo o conteúdo publicado ficar armazenado na internet, permitindo a determinação do perfil dos usuários e a escolha da melhor maneira midiática de agir para conquistá-los. Além disso, o uso indiscriminado de tais perfis possibilita a veiculação de imagens ou arquivos difamadores, servindo como ferramenta política e social para aumentar a credibilidade de determinadas personalidades, como ocorre com Hugo Chaves em sua ditadura na Venezuela e comprometendo outras, com falsas denúncias, por exemplo.

Diante disso, é necessária a aplicação de medidas visando a um maior controle da internet. A implantação, na grade escolar brasileira, do estudo dessas novas tecnologias de informação, incluindo as redes sociais, e a consequente formação crítica dos brasileiros, seria um bom começo. Só assim, poderemos negar as previsões feitas por George Orwell e ter um futuro livre do controle e da alienação.

Redação 2 – Universidade Federal Fluminense – Nota 10

Acompanhe uma proposta de redação que foi corrigida por uma banca com parâmetros diferentes daqueles do ENEM.

Tema: A relação entre o homem e o tempo

Sob controle

Raras são as pessoas que, no mundo contemporâneo, podem passar um dia sequer sem consultar um relógio. Seja pela necessidade de atender a um compromisso, seja para saber a hora de um programa na TV, ou até mesmo por puro vício, o fato é que todos dependemos da medição do tempo. Isso é de tal forma comum, que muitos chegam a pensar que essa escravidão é uma marca da vida moderna. Será?

Um olhar atento para a história permite verificar algo que nos esquecemos quando prestamos atenção apenas no presente: o homem sempre quis controlar o tempo. Os relógios de sol de antigas civilizações são uma prova cabal disso. Ou mesmo a percepção de fenômenos naturais que indicavam a mudança das estações. Sobre esse prisma, não há como negar que a relação do homem com o tempo está distante de ser uma novidade que nos deixe alarmados.

Na verdade, o que ocorreu com o passar dos séculos foi uma transformação na maneira de realizar o controle do tempo, pois, com tecnologias cada vez mais sofisticadas, o ser humano passou a administrar essa medição com uma enorme exatidão e nas menores frações, o que acabou por produzir uma relação viciosa: quanto mais preciso é o controle do tempo, mais rápidas são as atividades; quanto mais rápidas as atividades, maior a necessidade de controlar o tempo.

Diante desse histórico, poderíamos ficar com a sensação de que, em essência, pouco mudou. Afinal, do relógio de sol ao relógio digital, a diferença é apenas quantitativa. No entanto, esse não é um detalhe desprezível, haja vista a presença de relógios em todas as esferas da vida humana, regendo o funcionamento da sociedade atual. Não deixa de ser irônico: o homem queria ter o tempo sob controle; agora, ele próprio está sob controle de sua invenção.

Exercícios

Leia com atenção a redação abaixo, escrita por um ex-aluno. Observe que NÃO se trata de um exemplo de boa redação. Ela apresenta diversos problemas que devem ser observados – e evitados. Depois, responda às questões propostas.

Tema: Para você, o que é ser cidadão?

É relativo

No dicionário, ser cidadão é ser “um indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. Essa afirmação é difícil de ser entendida, principalmente porque a política hoje é muito incoerente. Diante disso, é preciso ver se o conceito de cidadão pode ter uma definição fixa e universal, sem considerar suas mudanças em cada contexto.

Em um mundo globalizado, é preciso dizer que ser cidadão hoje é algo difícil de ser cumprido. Isso porque, com a troca entre as novas formas de cultura, os princípios sociais mudando a todo instante, tornando mais fácil que uma pessoa não consiga entendê-los, o que, na teoria, já seria um ataque à ideia de cidadania. Porém, não se pode exigir que uma população que não sabe nem mesmo os princípios básicos de convívio social tenha uma atitude coerente em relação às leis aplicadas, já que elas são feitas por pessoas que não se importam com as suas necessidades.

Além disso, há uma falta de coerência sobre o que se pensa ser um cidadão. Ao mesmo tempo que se recrimina o fato de pessoas não se empenharem para cumprirem seus deveres em relação ao Brasil, o governo não assegura que os direitos de cada cidadão sejam cumpridos. Essa postura é o reflexo de uma política que se diz democrática, mas obedece só aos interesses da elite que manda no país, já que não dá a igualdade de direitos. Assim, ser cidadão torna-se confuso, pois o papel de cada um na sociedade fica muito relativo.

Relativa também é a própria visão que cada um tem da sua visão quanto ao papel que precisa desempenhar na sociedade. Muitos acham que suas atitudes não têm reflexo direto em toda a sociedade, por isso agem apenas pensando em si mesmo. Com isso, jogam papéis nas ruas, picham muros, roubam monumentos, sem se importar se estão destruindo um patrimônio público. O problema é que eles não percebem que, fazendo essas coisas, estão agredindo a eles próprios, pois também fazem parte da sociedade.

Portanto, ser cidadão é algo muito complicado hoje em dia, já que o capitalismo impõe o ritmo da vida moderna e os interesses pessoais são mais importantes do que o convívio social. Ninguém mais sabe o que deve fazer ou o que pode exigir. Por isso, pode-se dizer que a definição do dicionário precisa ser revista, de repente colocando-se logo no início dela algo como “é relativo”.

1. Criar uma adversidade significa, em alguns casos, contrapor uma ideia a outra, o que pode gerar um erro de coerência, a contradição. Ao utilizar uma ideia adversativa nesse mesmo parágrafo, o autor comete tal erro? Explique.
2. Por que, ao dizer que “não se pode exigir que uma população que desconhece até mesmo os princípios básicos de convívio social tenha uma atitude coerente em relação às leis aplicadas”, o autor torna sua argumentação falha?

3. O chamado “duplo sentido”, na linguagem coloquial, é conhecido na norma culta como ambiguidade. Pode-se dizer que esse fenômeno ocorre na frase “já que elas são feitas por pessoas que não se importam com as suas necessidades”. Corrija-a.
4. Pode-se dizer que o segundo parágrafo de desenvolvimento contém um erro quanto à visão do tema? Por quê?
5. A falta de clareza é um problema estrutural sério, que dificulta a compreensão e prejudica a defesa de um ponto de vista. Ao observar o primeiro período do terceiro parágrafo de desenvolvimento, percebe-se que ele está confuso. Reescreva-o.
6. Uma aluna, ao ler esse parágrafo, disse que o autor “falou, falou e não disse nada”. Ela está certa em sua constatação? Como é chamado esse tipo de erro?

Gabarito

1. Não, pois ele dá continuidade à defesa de seu ponto de vista, apresentando apenas uma ressalva quanto às exigências da sociedade em relação ao comportamento de cada indivíduo.
2. Porque ele cria uma generalização, afirmando que toda a população desconhece os princípios básicos de convívio social, o que se aplica apenas a uma parcela da mesma.
3. “Já que elas são feitas por pessoas que não se importam com as necessidades dos menos favorecidos”.
4. Sim, já que o tema trata da ideia de cidadão de forma ampla, não apenas no que diz respeito à situação brasileira. Há, portanto, uma restrição ao enfoque do tema.
5. “Relativa também é a visão que uma pessoa possui quanto ao seu papel em uma sociedade”.
6. Sim. Abordagem circular.